



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 12/2022 - Plenário - 13/12/2022 das 18:00h às 23:00h

Decisão: 421/2022

Referência: 2643068/2022 - Auto: 52727/2022

Interessado: J. C. M. M

EMENTA: A penalidade aplicada pelo auto de infração - PROFISSIONAL EXERCENDO ATIVIDADES PROFISSIONAIS ESTRANHAS AS SUAS ATRIBUIÇÕES - por infração no(a) Alinea "b" do Art 6º da Lei Federal Nº 5.194/66; Art 73º da Lei Federal Nº 5.194/66 combinado com o Art. 2º da Lei 6.619/1978.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 13 de dezembro de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Amarildo Almeida De Lima, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Julio Cesar Moraes Magalhaes, CONSIDERANDO a Resolução no. 1.008/04-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei no. 5.194, de 1966, que estipula as multas a ser aplicada às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; CONSIDERANDO que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; CONSIDERANDO a Resolução nº 1.066, de 25 de setembro de 2015, que fixa os critérios para cobrança das anuidades, serviços e multas a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas registradas no Sistema Confea/Crea e o ANEXO DA DECISÃO PL-1513/2021, que estipula os valores das multas para o corrente ano. CONSIDERANDO que cabe ressaltar o que versa a Res. 1008/04 do Confea, em seu art. 11 e parágrafo 2º, ou seja, "§ 2º Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais". CONSIDERANDO que é competência da Câmara Especializada decidir acerca de eventual redução de valores de multa, observados os critérios do Art. 43 da Res. 1008/2004, o qual estabelece que as multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina. CONSIDERANDO eventuais justificativas da defesa, se houver, se a Câmara entender cabível, o presente auto de infração poderia ser extinto nos termos da Res. 1008/04, art. 52. CONSIDERANDO que da decisão da câmara especializada o(a) autuado(a) poderá apresentar recurso ao Plenário do CREA-AM; CONSIDERANDO o disposto no Artigo 6º, alínea "a" da Lei Federal n.º 5.194/66; considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração Nº 52727/2022, gerado em desfavor do Eng. Civ. JULIO CESAR MORAES MAGALHAES, em face à irregularidade "Profissional exercendo atividades profissionais estranhas às suas atribuições". Devendo o autuado(a) efetuar o pagamento da multa estipulada no Auto de Infração, corrigida na forma da Lei, e ainda: 1) Que a Anotação de Responsabilidade Técnica ART nº 20210277990 emitida pelo Profissional Engº Civil Júlio Cesar Moraes Magalhães (CREA/RJ nº 2005094439) seja CANCELADA, portanto, a deixar de produzir seus efeitos legais, sobretudo, inclusive, para quaisquer fins de utilização. Devendo ainda que seja oficiado ao Contratante quanto ao Cancelamento da mesma. 2) Que o Setor competente do CREA-AM efetue um levantamento de todas as ART's emitidos pelo profissional, cujo objeto seja referente ao tema e que, constatada INFRAÇÃO À ALÍNEA "B" DO ART. 6º DA LEI FEDERAL Nº 5194/66 ("Profissional exercendo atividades profissionais estranhas às suas atribuições"), seja formalizado PROCESSO ADMINISTRATIVO de anulação dessas ART's, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 1025 do CONFEA, combinado com seu Art.26. "Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando: I - for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexactidão insanáveis de qualquer dado da ART;II - for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART; III - for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado;IV - for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão; V - for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou VI - for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado.Art. 26. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART.". Decisão proferida na 561ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM . Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Afonso Ferreira Bernardes, Amarildo Almeida De Lima, Audinei Lima Leite, Claudedir Malveira De Souza, Claudionildo Teles Batalha, Cristovao Americo Ferreira De Castro (suplente), Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirle Gentil Vinhote, Frederico Nicolau Cesarino, Gabriel Monte Paiva (suplente), Gilmar Alencar Perêa, Jackson Pantoja Lima, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Marcelo De Almeida Conceição, Mesaque Silva De Oliveira, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves, Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 13 de dezembro de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário